



SUMÁRIO

Consórcio Regional Intermunicipal de Saúde 01
EDITAIS 01

EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico é uma publicação centralizada e coordenada pelo Consórcio Regional Intermunicipal de Saúde - CRIS.

Contato: secretaria.executiva@cris.sp.gov.br
Telefone: (14) 3441-5907 / (14) 3496-4737

As edições do Diário Oficial Eletrônico do Consórcio Regional Intermunicipal de Saúde - CRIS podem ser consultadas pelo endereço eletrônico www.cris.sp.gov.br

Consórcio Regional Intermunicipal de Saúde - CRIS
CNPJ: 07.833.463/0001-83
Rua Coroados, nº 995
CEP 17.600-010 - Tupã/SP
Telefone: (14) 3496-4737 / (14) 3441-5907

Consórcio Regional Intermunicipal de Saúde

EDITAIS

EDITORIAL

INEXIGIBILIDADE: 01/2026

LICITAÇÃO GERAL: 07/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO: 01/2026

1 – PREÂMBULO

1.1 – O CONSÓRCIO REGIONAL
INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CRIS, com
fundamento no o art. 74, IV e art. 79, ambos da Lei
Federal 14.133/2021, além do
presente no processo administrativo de
inexigibilidade e neste presente edital e seus
Anexos, torna pública a abertura do
credenciamento observadas as necessidades
regionais, para pessoas físicas e jurídicas
interessadas na prestação de serviços
profissionais de farmacêutico de forma eventual e
complementar aos municípios
consorciados para os anos de 2026/2027.

2 – OBJETO

2.1 – Tem por objeto o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS PARA SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE FARMACÊUTICO DE FORMA EVENTUAL E COMPLEMENTAR que deverão ser prestados em instalações do(a) CREDENCIADO(A) ou indicados e cedidos pelos Municípios Consorciados ou pelo CRIS

3 – RELAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS, PROCEDIMENTOS E CONSULTAS

3.1 – Os descritos no Anexo VIII deste Chamamento.

4 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

4.1 – Poderão participar do Credenciamento as pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde que mantenham, em seus quadros, profissionais das áreas especializadas respectivas que gozem de boa reputação profissional, desde que atendidos os requisitos dos itens 6 e 7, tais como exigidos neste instrumento; além disso, as pessoas jurídicas passíveis de credenciamento devem atender as condições e os critérios mínimos estabelecidos pelo SUS, visando o atendimento satisfatório;

4.2 – Poderão participar pessoas físicas ou jurídicas, desde que atendidos os requisitos deste instrumento, vedados os que cumprem sanções previstas nos incisos III e IV do Artigo 156 da Lei 14.133/2021.

4.3 - Poderão participar pessoas físicas ou jurídicas desde que regionalmente estabelecidas, considerando as especificidades de saúde dos atendidos.

4.3.1 – Para efeitos de regionalidade se entende as seguintes regiões de acordo com os Departamentos Regionais de Saúde – DRS do Estado de São Paulo:

a) DRS IX – Marília

5 – FORMA DE INSCRIÇÃO NO CREDENCIAMENTO/PRAZO



Diário Oficial do Consórcio Regional Intermunicipal de Saúde

Terça, 10 de Fevereiro de 2026

Ano V - Edição n°0989

Página 2 de 20

5.1 – Os interessados poderão inscrever-se para o Credenciamento a partir de 12/02/2025 a 05/03/2026, conforme publicação de extrato do presente edital no site <https://www.cris.sp.gov.br/>, no Diário Eletrônico do CRIS e na página de licitações.

5.2 – Serão consideradas credenciadas as pessoas físicas ou jurídicas que apresentarem os Documentos enumerados no item 7 deste instrumento.

5.3 – Os interessados poderão solicitar a inscrição no Credenciamento, para o exercício de 2026/2027, a qualquer momento, pelo período de 01 (um) ano, sendo suas inscrições proporcionalmente adequadas ao período remanescente de vigência do Credenciamento em 2026/2027.

5.4 –A inscrição será analisada a cada trinta dias, de acordo com as necessidades do CRIS, sujeitando-se a efetiva demanda do serviço.

5.5 – Os modelos de formulários para cadastramento estarão disponíveis em <https://www.cris.sp.gov.br/>

5.6– Os prazos de início e término de execução do objeto será de 05/03/2025 a 05/03/2026.

6 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

6.1 – Encaminhar na data prevista, os documentos relacionados no item 7, através de sistema eletrônico no seguinte endereço

<https://cris.flowdocs.com.br:2053/credentials/login>
6.2 – Os interessados poderão inscrever-se em mais de uma especialidade, desde que preenchidos os requisitos na respectiva área, ou optar parcialmente por atividade(s) relacionada(s) na tabela em anexo.

6.2.1 – Para fins do disposto no item 6.2, fica estabelecido que é vedado o credenciamento parcial em relação ao respectivo grupo, isto é, o credenciamento em um grupo implica credenciamento em todos os itens daquele respectivo grupo.

7 – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

7.1 – Pessoa Jurídica:

- a) Requerimento (Anexo II);
 - b) Declaração de idoneidade (Anexo III);
 - c) Declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 (Anexo IV);
 - d) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Anexo V);
 - e) Informe da prestação de serviços (Anexo VI);
 - f) Cópia da inscrição no CNPJ;
 - g) Atos constitutivos, devidamente registrados;
 - h) Certidão de não apenado expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
 - i) Prova de regularidade fiscal com a Receita Federal (Receita Federal e Dívida Ativa da União).
 - j) Prova de regularidade fiscal para com a Receita Estadual da sede da pessoa jurídica credenciada;
 - k) Prova de regularidade fiscal para com a Receita Municipal da cidade sede da pessoa jurídica credenciada;
 - l) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS);
 - m) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
 - n) Comprovante de inscrição e regularidade do representante legal da empresa, no Cadastro Corporativo do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP);
 - o) Cópia do comprovante de inscrição no Conselho de Classe correspondente, do(s) profissional(is) que executará(ão) os serviços, com a comprovação de vínculo na empresa;
 - p) Título de Especialização com registro reconhecido pelo Conselho de Classe, quando o caso;
 - q) Conta bancária nos Bancos do Brasil ou Caixa



Regional Intermunicipal de Saúde

Terça, 10 de Fevereiro de 2026

Ano V - Edição n°0989

Página 3 de 20

Econômica Federal.

7.2 – Pessoa Física:

- a) Requerimento (Anexo II);
 - b) Declaração de idoneidade (Anexo III);
 - c) Declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 (Anexo IV);
 - d) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Anexo V);
 - e) Informe da prestação de serviços (Anexo VI);
 - f) Cópia da Cédula de Identidade;
 - g) Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
 - h) Certidão de não apenado expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
 - i) Prova de regularidade fiscal com a Receita Federal (Receita Federal e Dívida Ativa da União).
 - j) Prova de regularidade fiscal para com a Receita Estadual da sede da pessoa física credenciada;
 - k) Prova de regularidade fiscal para com a Receita Municipal da cidade sede da pessoa física credenciada;
 - l) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS);
 - m) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).
 - n) Comprovante de inscrição e regularidade no Cadastro Corporativo do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP);
 - o) Cópia do comprovante de inscrição no Conselho de Classe correspondente, do(s) profissional(is) que executará(ão) os serviços, com a comprovação de vínculo na empresa;
 - p) Título de Especialização com registro reconhecido pelo Conselho de Classe, quando o caso
 - q) Conta bancária nos Bancos do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

- r) Apresentação de documento comprobatório do número do PIS/NIS/NIT do profissional, visando à identificação e regularidade cadastral.

8 – PROCEDIMENTO DO CADASTRO

- 8.1 – Ao requerer a inscrição para cadastro, ou atualização deste, a qualquer tempo, o interessado fornecerá os elementos necessários à satisfação das exigências contidas no item 7 acima.

- 8.2 – Não será aceito cadastro com documentação incompleta. O cadastramento será feito pela ordem de chegada dos envelopes contendo os documentos de habilitação e poderá ser renovado anualmente.

- 8.3 – Os inscritos serão cadastrados por especialidade, segundo a avaliação técnica da documentação relacionada no item 7.

- 8.4 - O cadastramento será amplamente divulgado e estará permanentemente aberto aos interessados pelo site <https://www.cris.sp.gov.br/>.

8.5 - O CRIS procederá ao chamamento público dos interessados através da imprensa oficial do Estado pelo site <https://www.cris.sp.gov.br/> e bem como em seu Diário Oficial Eletrônico e em seu site.

9 – DO VALOR E PRAZO DA EXECUÇÃO

- 9.1 - A remuneração pela prestação dos serviços será regida pela Tabela de Procedimentos do CRIS (Anexo VIII).

- 9.2 - O prazo de execução será entre 05/03/2026 a 05/03/2027, sendo que os Credenciamentos efetivados a partir desta data inaugural serão efetivados e pagos em proporcionalidade. Ressalta-se que, havendo necessidade e interesse, poderá haver aditamentos nos termos da Lei nº 14.133/2021;

- 9.3 - Para a execução do objeto e eventualmente os que vieram a este aderir, se o caso, com dotação própria, respectivamente para os



exercícios de 2026/2027:

Órgão Orçamentário – Consórcio de Saúde

Unidade 01 – Administração

Dotação: 3.3.9.0.36.00000 – OUTROS SERV. DE TERCEIROS-PE
FÍSICA

Dotação: 3.3.9.0.39.00000 – OUTROS SERV. DE TERCEIROS-PE JURÍDICA

9.4. A emissão dos empenhos será por estimativa mensal, suplementados ou anulados na medida das necessidades

10 – DO LOCAL DE ATENDIMENTO

10.1 - Os atendimentos a que se referem no presente Edital deverão ser realizados em instalações do(a) Credenciado(a) na Cidade de Tupã ou da DRS IX ou em local indicado e cedido pelos Municípios Consorciados ou pelo CRIS.

10.1.1 – Para os fins do disposto no item anterior haverá o necessário deslocamento do credenciado para atendimento na cidade sede ou nos municípios Consorciados a critério do CRIS, com vistas ao melhor atendimento da respectiva especialidade, não podendo haver oposição por parte do credenciado.

10.2 – Quando do ato de requerimento de credenciamento cabe ao interessado, com vistas ao disposto nos itens anteriores, informar para qual dos municípios consorciados tem interesse em estar credenciado para os eventuais atendimentos, podendo ser um, alguns ou todos.

10.3 – A utilização do local de atendimento, indicado pelo interessado ao credenciamento, não implicará em qualquer forma de responsabilidade e ônus por parte do CRIS.

11 – DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

11.1 – Os valores das horas trabalhadas procedimentos indicados no item 9 não sofrerão reajuste no período de vigência do presente Credenciamento.

11.2 – Superado o prazo de 01 (um) ano da execução dos serviços poderá haver o

reajuste pelo critério do índice IPCA acumulado no período.

12 - DA FORMA DE FORNECIMENTO

12.1 - O Município Consorciado providenciará o local para atendimento.

12.2 – Os(as) credenciados(as), quando convocados, serão contratados por meio de instrumento de contrato de prestação de serviços, onde se estabelecerão os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, conforme minuta constante do ANEXO IX deste Edital.

12.3 - O contrato será de até 01 (um) ano, sendo que os Credenciamentos efetivados a partir desta data inaugural serão efetivados e pagos em proporcionalidade.

12.4 – O(A) credenciado(a) deverá iniciar as suas atividades após autorização do CRIS.

12.5 - O contrato poderá ser extinto a qualquer tempo, nos casos enumerados na Lei Federal 14.133/2021 e Resoluções do CRIS sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam, ao(a) credenciado(a), quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.

12.6 - O(A) credenciado(a) poderá requerer sua rescisão contratual e consequente descredenciamento com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, mediante solicitação por escrito.

12.7- O(A) credenciado(a) deverá manter a documentação relativa à regularidade fiscal em plena validade durante a execução do contrato, na forma da lei.

12.8 – Os valores dos serviços contratados poderão ser reajustados decorridos 12

(doze) meses do credenciamento, adotando-se o IPCA-IBGE.

12.9 – O contrato celebrado não gera ao credenciado qualquer vínculo empregatício com o CRIS ou qualquer outro consorciado.

12.10 – Os municípios consorciados designarão os responsáveis que realizarão o acompanhamento da execução dos serviços objetos



Diário Oficial do Consórcio

Regional Intermunicipal de Saúde

Terça, 10 de Fevereiro de 2026

Ano V - Edição nº0989

Página 5 de 20

do presente credenciamento, e, o início dos serviços será autorizado de acordo com as necessidades deles.

12.11 – Os serviços de responsabilidade do(a) Credenciado(a) deverão ser realizados nas melhores condições de atendimento à população.

12.12 – Caberá ao credenciado a obediência às normas de qualidade de atendimento impostas pelo Ministério da Saúde e Vigilância Sanitária ou outra entidade reguladora da atividade exercida, reservando-se ao CRIS o direito de recusar e sustar a prestação de serviços dos prestadores de saúde que não se adequarem às normas estabelecidas.

12.13 - A contratação do(a) credenciado(a) remanescente obedecerá à ordem de habilitação.

12.14 – No máximo a cada 03 (três) meses a escala deverá ser revista para a inclusão de novos credenciados(as) no período, se for o caso, sendo que as escalas terão a duração mínima de 01 (um) mês.

12.15 – A qualquer tempo o Termo de Contrato poderá ser alterado, visando adequar o serviço às condições de execução previstas pelo Consórcio, nos termos da Lei Federal 14.133/2021.

12.16 – O termo de Contrato poderá ser extinto, se ficar demonstrado que o(a) credenciado(a) deixou de satisfazer as exigências estabelecidas para o credenciamento, se não atender às condições e aos critérios mínimos estabelecidos neste chamamento público, visando o atendimento satisfatório, bem como incorrer nos casos relacionados na Lei Federal 14.133/2021, em Resoluções e normas do CRIS

13 – DO FATURAMENTO

13.1 – A competência para faturamento das guias de autorizações de consultas, exames e procedimentos será sempre mensal, exceto quando o início ou o fim de credenciamento não corresponda à integralidade de um mês.

13.2 – O(A) credenciado(a) deverá enviar em

envelope fechado, ao CRIS, o relatório de produção mensal juntamente com as guias de autorizações por Município Consorciado a que prestou o serviço.

13.3 – O prazo de entrega dos documentos constantes no item anterior, será até o terceiro dia útil após o fechamento da competência.

13.4 – Após a validação dos documentos realizados pelo CRIS, este solicitará a emissão de nota fiscal individualizada por município, a ser entregue em até 48 horas da solicitação.

13.5 – Após o procedimento referido no item anterior encaminhará ao Município Consorciado, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do serviço prestado, a solicitação do repasse dos valores para pagamento do(a) credenciado(a).

13.6 – Os documentos recebidos após a datas determinada no item 13.3, serão faturados na competência seguinte, bem como e as notas fiscais entregues fora do prazo do item

13.4.

13.7 – Serão rejeitadas as guias que não contenham assinatura do credenciado ou de seu representante e sem assinatura do paciente ou se seu responsável.

14 - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

14.1 – O valor referente aos atendimentos do mês será pago obedecendo ao critério da proporcionalidade, calculado pelo valor unitário, conforme a quantidade realizada.

14.2 – Os pagamentos serão efetuados no prazo de 30 dias, contados da emissão da nota fiscal, ou conforme disponibilidade de repasses financeiros das Prefeituras Consorciadas e/ou transferência de recursos oriundos do Governo Estadual e/ou Federal.

14.3 – Não será efetuada nenhuma antecipação de pagamento do valor ou parte do valor a ser contratado, sem efetiva prestação do serviço.

14.4 – O pagamento será realizado através de



transferência bancária para a conta corrente de titularidade do(a) credenciado(a) nos Bancos do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

14.5 - É vedada a cobrança de sobretaxas pelos credenciados(as), sendo motivo de descredenciamento.

15 - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Para a execução do objeto e eventualmente os que vieram a este aderir, se o caso, quanto à categoria econômica e dotação, cita-se: Órgão Orcamentário – Consórcio de Saúde

Unidade 01 – Administração

Dotação: 3.3.9.0.36.00000 – OUTROS SERV. DE TERCEIROS-PE FÍSICA

Dotação: 3.3.9.0.39.00000 – OUTROS SERV. DE TERCEIROS-PE JURÍDICA

16 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO DOS SERVIÇOS

16.1. Pela inexecução total ou parcial na prestação dos serviços, o CRIS, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

Lei n.º 14.153/2021.
16.2. Em caso de aplicação de multa, esta será de R\$ 10.000,00 pela inexecução parcial e de R\$ 20.000,00 pela inexecução total.

16.3. No caso de aplicação de multa referida no item anterior o credenciado expressamente autoriza a retenção do referido valor a título de pagamento da sanção pecuniária.

16.4 – Uma vez credenciado(a), o prazo para assinatura do respectivo contrato será de 02 (dois) dias úteis contados da publicação no DOE-CRIS

(www.cris.sp.gov.br/diario-oficial), sob pena de anulação do termo de credenciamento e de tudo o que dele derive, bem como aplicação de multa no valor de R\$ 5.000,00 e proibição de se credenciar pelo prazo de 01 (um) ano.

17- DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES.

17.1- O(A) credenciado(a) se obriga a:

- a) Executar todas as atividades pertinentes às suas atribuições profissionais, incluindo todas as disposições e obrigações contidas nos respectivos estatutos, códigos de éticas, leis, decretos, portarias, protocolos e demais normas que regem a respectiva profissão.
 - b) Os profissionais credenciados(as) deverão utilizar todo processo de informação oferecido pelo Município ou pelo CONSIRC para executar seus procedimentos;
 - c) Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
 - d) Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação dos serviços;
 - e) Apresentar mensalmente nota fiscal/recibo e relatórios exigidos;
 - f) Comunicar o CRIS, no prazo de trinta (30) dias, eventual alteração dos dados informados no processo de credenciamento, tanto de pessoas jurídicas como de pessoas físicas.
 - g) Executar o objeto do contrato SOMENTE ATRAVÉS DOS PROFISSIONAIS INDICADOS, no caso de contratação de pessoas jurídicas.

§1º - Só será permitida a inclusão de profissionais não indicados anteriormente em casos de extrema urgência, em decorrentes de fatos fortuitos e de força maior.

§2º - No caso de ocorrência do previsto no parágrafo anterior, o(a) credenciado(a) deverá imediatamente enviar o número de inscrição do referido profissional ao CRIS, através de e-mail ou aplicativo de mensagens e encaminhar a documentação necessária para indicação do mesmo, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de não recebimento por aquele serviço prestado e aplicação de penalidades previstas.

 - h) Cumprir os horários estabelecidos para prestação dos serviços, sob pena de não pagamento pelo CRIS e aplicação das penalidades



cabíveis.

- i) Não se ausentar do local de trabalho, a não ser para serviços atinentes a profissão e que tenham que ser realizados externamente.
 - j) Responsabilizar-se por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária, securitária ou indenizações cíveis decorrentes de acidente de trabalho durante a execução do contrato;
 - k) Comunicar imediatamente e por escrito o CRIS, quaisquer ocorrências de casos fortuitos ou de força maior durante a execução dos serviços;
 - l) Responsabilizar-se, no caso do credenciado ser pessoa jurídica, juntamente com o profissional prestador dos serviços, por qualquer tipo de falha, seja profissional ou funcional ocorrida na prestação dos serviços;
 - m) Comunicar imediatamente o CRIS qualquer eventual impedimento do credenciado em prestar os serviços assumidos, para que seja designado o substituto;
 - n) Realizar registro de biometria para dupla checagem, se for o caso, bem como encaminhar os documentos necessários para recebimento de seus créditos, tais como relatórios, comprovação de regularidade profissional e comprovação das condições de habilitação conforme disposto nos editais dos credenciamentos públicos;
 - o) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente o presente contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento por escrito do CRIS;
 - p) Comunicar, por escrito, o CRIS sobre qualquer anormalidade verificada na execução do objeto, bem como a impossibilidade de execução de quaisquer obrigações contratuais, para que sejam adotadas as providências cabíveis e prestar esclarecimentos quando necessários;
 - q) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações

por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo.

- r) Cumprir com as especificações contidas no edital de chamamento para o credenciamento público e no respectivo contrato.

s) O(A) credenciado(a) não poderá cobrar dos usuários do sistema de saúde, de seu acompanhante, ou de quem quer que seja, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato.

t) O(A) credenciado(a) será responsabilizado civil e criminalmente por qualquer cobrança indevida feita em razão da execução deste contrato.

u) Não executar atividades alheias à sua atribuição profissional no horário de trabalho;

17.2 - O CRIS se obriga a:

 - a) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela o(a) credenciado(a), de acordo com as cláusulas contratuais e os termos assumidos;
 - b) Supervisionar a execução do objeto contratado;
 - c) Honrar suas obrigações, especialmente as de pagamento, consoante previsto no edital;
 - d) Convocar as reuniões relacionadas à contratação com antecedência 48 (quarenta e oito) horas;
 - e) Alocar os credenciados no respectivo município ou no CONISRC, conforme necessidade;
 - f) Providenciar junto ao município meios necessários à realização dos serviços, dando todas as condições necessárias ao seu desenvolvimento, compreendendo estrutura física, equipamentos, e equipe técnica necessária;
 - g) Efetuar os descontos de natureza tributária e previdenciária previstos em lei, quando dos pagamentos aos credenciados.

18 – RECURSOS

- 18.1 – É assegurado o direito de Recurso, Impugnação e pedido de Esclarecimento, nos termos do art. 164 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.



Diário Oficial do Consórcio

Regional Intermunicipal de Saúde

Terça, 10 de Fevereiro de 2026

Ano V - Edição nº0989

Página 8 de 20

19 – DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 – Esclarecimentos relativos ao presente e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto serão prestados pela Secretaria Executiva, de segunda a sexta-feira, em horário de expediente.

19.2. – A critério da Administração poderá ser aditado o presente credenciamento para inclusão de novas áreas médicas e seus procedimentos correlatos, com avaliação a cada 02 (dois) meses.

19.3 – Fica eleito o foro da Cidade e Comarca de Tupã, Estado de São Paulo, que será o único competente para dirimir questões decorrentes do Credenciamento.

19.4 – Uma vez protocolado os documentos pelo pretendido credenciado, este fica aderido a todos os termos deste processo, especialmente as sanções de item 16.4.

20 – ANEXOS

20.1 – Integram o presente instrumento os seguintes anexos:

I - Termo de referência;

II- Modelo de requerimento para credenciamento;

III - Modelo de Declaração de Idoneidade;

IV - Modelo de Declaração de cumprimento à observância ao disposto no inciso

XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

V – Modelo de Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

VI - Modelo de Informe da prestação de serviços;

VII - Modelo de procuração

VIII - Tabela de valores (procedimentos);

IX - Contrato de Execução de Serviços (Minuta);

Tupã, data em sistema.

Alexandre Martinez Ignatius

Secretário Executivo

Assinatura eletrônica à margem

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1 - O presente termo tem como objeto o

CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) OU PESSOA(S) FÍSICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE

FARMACÊUTICO DE FORMA EVENTUAL E COMPLEMENTAR

JUNTO AOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CRIS,

CONFORME QUADRO ABAIXO:

FUNÇÃO

QUANTIDADE DE HORAS

ESTIMADAS

(12 MESES)

VALOR POR HORA

(Sem os Descontos

Previsto em Lei)

FARMACÊUTICO UPA ATÉ R\$ 27,17

FUNÇÃO

QUANTIDADE DE HORAS

ESTIMADAS

(12 MESES)

VALOR POR HORA

(Sem os Descontos

Previstos em Lei)

FARMACÊUTICO ESF, PSF e

UBS

ATÉ R\$ 26,51

1.2 O CRIS não se obriga a contratar o total de quantitativos ora previstos, mas somente aqueles que forem efetivamente necessários, para atuar de forma eventual e complementar aos serviços de saúde.

1.3 - Caberá aos profissionais credenciados(as) as atribuições descritas nas leis e demais normas que regulamentam as respectivas profissões.

1.4 - Caberá aos profissionais credenciados(as) a obediência às normas de qualidade de atendimento impostas pelo Ministério da Saúde, Vigilância Sanitária ou outra entidade reguladora da atividade exercida, reservando se ao CRIS o direito de recusar e sustar a prestação de serviços dos prestadores de saúde



Regional Intermunicipal de Saúde

Terça, 10 de Fevereiro de 2026

Ano V - Edição n°0989

Página 9 de 20

que não se adequarem às normas estabelecidas.

1.5 – Os profissionais credenciados(as) deverão exercer as atividades inerentes à sua categoria profissional, bem como participar de cursos, treinamentos e reuniões quando necessário.

2. A saúde é um direito fundamental de todos e deve ser assegurada por todos os Entes da Federação, devendo ser viabilizado o seu acesso pelo Município através dos meios legais existentes. Este Consórcio tem por meta dar tratamento prioritário a saúde a fim de proporcionar um atendimento digno ao cidadão e o presente certame justifica-se pela necessidade dos Municípios consorciados de IACRI e TUPÃ garantir atendimento dos seus municípios.

Os serviços de saúde compõem o rol de garantias constitucionais e estão intimamente ligados à dignidade da pessoa humana. Nesta linha, cabe transcrever o que dispõe os Arts. 196 e 197 da Carta Magna:

“Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado”.

Em razão do dever de garantir os serviços de saúde, o Município deve buscar na lei e nos princípios norteadores da Administração Pública uma forma de solução que vá ao encontro do interesse público. Nesta linha, verificando os prejuízos que podem ocorrer para os indispensáveis serviços de saúde, os Municípios de Iacri e Tupã,

demostraram a necessidade de contração dos referidos serviços através do CRIS.

Diante de todo o exposto e com fundamento da Lei Federal 14.133/2021, a melhor solução é o CREDENCIAMENTO dos serviços através de inexigibilidade de licitação.

2. EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1.1 - Os serviços serão prestados prioritariamente por profissionais efetivos do município, e se necessário, posteriormente de forma complementar entre os credenciados(as), sendo que as necessidades de cobertura de forma complementar e eventual serão encaminhadas pelo município responsável pelo serviço para o CRIS e assim serão realizadas reuniões para elaboração de escalas de trabalho.

2.1.2 - A escolha obedecerá a ordem de contratação, ocasião em que o credenciado(a) indicará sua preferência para elaboração da escala.

2.1.3 - Uma vez realizado a distribuição dos serviços fica o credenciado(a) obrigado a realizar os plantões conforme indicado, podendo ser solicitadas trocas ou transferências de plantões entre os credenciados desde que autorizados pelo CRIS e anuência dos profissionais envolvidos. A

substituição será realizada através de aplicativo de mensagens instantâneas. O profissional credenciado(a) poderá assumir o plantão, em caso de substituição, independente da sua ordem de classificação,

devendo apenas estar apto no referido credenciamento. Assumirá o plantão o primeiro profissional credenciados(a) que se manifestar no aplicativo após a solicitação da substituição. Em casos de manifestação simultânea e não acordo entre as partes, será realizado sorteio

2.1.4 - Para necessidades de coberturas urgentes será utilizado aplicativo de mensagens on line, sendo o primeiro profissional que se manifestar no aplicativo, o responsável pelo plantão. Em casos de



Diário Oficial do Consórcio Regional Intermunicipal de Saúde

Terça, 10 de Fevereiro de 2026

Ano V - Edição n°0989

Página 11 de 20

Declaro(amos), para os fins de direito, na
qualidade de Credenciando(s) do Cadastramento de
Profissionais do CHAMAMENTO
PÚBLICO N° 01/2026, instaurado pelo
CONSÓRCIO REGIONAL
INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CRIS, que não
sou (somos) declarado(s)
inidôneo(s) para licitar ou contratar com o Poder
Público, em qualquer de suas esferas.
Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.
(Local e data), ____ de _____ de

Assinatura do Responsável

ANEXO IV

(Em papel timbrado do profissional ou empresa interessada)

DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO
DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO
ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
Declaro(amos), para os fins de direito, na qualidade de
Credenciando(s) do Cadastramento de Profissionais
do CHAMAMENTO PÚBLICO
Nº 01/2026, que cumpri(mos) o disposto no inciso
XXXIII do artigo 7º da Constituição
Federal.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.
(Local e data), ____ de _____ de
20 ____.

Assinatura do Responsável Legal.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE EXIGÊNCIA DE RESERVA
DE CARGO PARA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO
DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

____, DECLARA, para os
devidos fins, na qualidade de Credenciando(s) do
Cadastramento de Profissionais do
CHAMAMENTO PÚBLICO N° 01/2026,

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS PARA SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM NEUROLOGIA – ELETRONEUROMIOGRAFIA, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, e que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

(Local e data), _____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável Legal.

ANEXO VI

INFORME DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS CONFORME
EDITAL PARA CHAMAMENTO PÚBLICO N°
01/2026

A finalidade do presente é informar a esse Consórcio que a partir da assinatura do termo contratual, estaremos iniciando a prestação dos serviços para credenciamento, aos pacientes encaminhados pelos Municípios Consorciados.

Endereço para atendimento:

Telefone para contato:

Endereço eletrônico:

A média de atendimentos possíveis por semana, dias da semana e horário para atendimento:



Regional Intermunicipal de Saúde

Terça, 10 de Fevereiro de 2026

Ano V - Edição nº0989

Página 12 de 20

_____. Assumimos o compromisso de utilizarmos os impressos do CRIS que a mim(nós) serão cedidos, bem como utilizar o sistema informatizado de agendamento de consultas.

Atenciosamente,
(local e data) _____, ____ de _____
de _____

Assinatura do representante da Empresa interessada

(em papel timbrado/personalizado da empresa prestadora)

ANEXO VII
PROCURAÇÃO
OUTORGANTE (EMPRESA): _____, com sede na Rua/Avenida _____, nº ___, Bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, registrado no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado por seu proprietário Sr. _____, portador do RG nº _____ e do CPF/MF nº _____, residente e domiciliado à

Rua/Avenida _____, nº ___, na Cidade de _____, Estado de _____; **OUTOGADO** (REPRESENTANTE DA EMPRESA): Sr.(a) _____, nacionalidade _____, estado civil _____, profissão/função _____, RG _____, CPF _____, residente e domiciliado à

Rua/Avenida _____, nº ___, Bairro _____, Cidade _____, Estado de _____, CEP _____ - ___, tel. () _____;

PODERES: Com fins específicos de representação no Processo de Credenciamento

01/2026 do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE. (Local e data) _____, ____ de _____ de _____. REGIONAL

ASSINATURA DO OUTORGANTE.

ANEXO VIII

TABELA CRIS 2026

VALORES UNITÁRIOS DOS SERVIÇOS E PROCEDIMENTOS E FUNÇÕES NO DESEMPENHO DO SERVIÇO PRESTADO.

Especialidade: Farmacêutico

Área de atuação: Valor

Proposto:

R\$ 27,17

a hora

trabalhada Farmacêutico UPA

Titulação E. Superior Completo + Registro no respectivo Conselho de Classe

Procedimentos

obrigatórios: DESCRIÇÃO ITEM II do Anexo IV

Especialidade: Farmacêutico

Área de atuação: Valor

Proposto:

R\$ 26,51

a hora

trabalhada

Farmacêutico ESF, PSF ou

UBS

Titulação E. Superior Completo + Registro no respectivo Conselho de Classe

Procedimentos

obrigatórios: DESCRIÇÃO ITEM II do Anexo IV

ADICIONAL POR DESLOCAMENTO

TUPÃ HERCULÂNDIA ARCO-ÍRIS IACRI

BASTOS QUEIROZ RINÓPOLIS

0 km 16,4 km 21,4 km 22,6 km 24,7 km 36,2 km 41,2 km

R\$ 0,00 R\$ 76,84 R\$ 76,84 R\$ 76,84 R\$ 76,84 R\$ 76,84 R\$ 76,84

ITEM II FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES

E



Regional Intermunicipal de Saúde

Terça, 10 de Fevereiro de 2026

Ano V - Edição nº0989

Página 13 de 20

PROCEDIMENTOS

FARMACÊUTICO UPA:

Prestar Assistência Farmacêutica e pacientes da Unidade de Pronto Atendimento.

Responsável por garantir a qualidade do serviço farmacêutico (planejar, organizar, controlar o estoque de medicamentos, assim como observar a validade). Garantir o uso racional de medicamentos. Realizar tarefas específicas do âmbito hospitalar, ambulatorial, se necessário. Responsável pela guarda de documentos/registro da farmácia. Assegurar a dispensação correta de medicamentos internamente e externamente. Comparar o estoque registrado na ficha de Controle de Estoque (ficha manual) com o estoque físico do armário e na planilha de controle de estoque mensal de cada medicamento controlado. Anotar no check list da farmácia caso haja alguma diferença nos medicamentos controlados e preencher a planilha de controle de Estoque de medicamentos controlado. Solicitar a limpeza da Farmácia. Dar baixa nos medicamentos dispensados na planilha de controle de estoque mensal inserindo comentários nos medicamentos dispensados internamente. Selecionar os medicamentos que saíram do plantão e fazer o inventário diário. Repor os medicamentos da farmácia.

Organizar a farmácia. Registrar no livro de Ocorrências (ATA) informações pertinentes a toda equipe. Armazenar as prescrições nos arquivos correspondentes (medicamentos controlados, receituários comuns e receitas internas/requisições) junto com a informação da quantidade de receitas, medicamentos internos e externos. E todas e quaisquer outras atividades correlatas ao desempenho do cargo.

FARMACÊUTICO ESF, PSF e UBS.

Preparar e fornecer medicamentos de acordo com prescrições médicas, preparar produtos farmacêuticos segundo formulas estabelecidas e outros preparados

farmacêuticos específicos. Efetuar manutenção de rotina; Higienizar equipamentos e utensílios de laboratório; Solicitar manutenção preventiva e corretiva de equipamentos; Encaminhar para descarte o material contaminado; Controlar estoques: fazer pedidos; repor estoques de medicamentos; conferir embalagens; efetuar trocas de produtos vencidos aos órgãos competentes; Documentar atividades e procedimentos: registrar entrada e saída de estoques; listar manutenções de rotina; relacionar produtos vencidos; controlar condições de armazenamento e prazos de validade; documentar dispensação de medicamentos; documentar aplicação de injetáveis; registrar compra e venda de medicamentos de controle especial; Trabalhar de acordo com as boas práticas de manipulação e dispensação; Utilizar equipamento de proteção individual (EPI); aplicar técnicas de segurança e higiene pessoal; separar material para descarte; seguir procedimentos operacionais padrões; cumprir prazos estabelecidos; Atender usuários; Interpretar receitas, sugerir genéricos e similares; dispensar medicamentos; orientar consumidores sobre uso correto, reações adversas e conservação dos medicamentos; carimbar receita na substituição do ético pelo genérico ou similar; realizar farmacovigilância; Utilizar recursos de informática; Participar de campanhas sanitárias; Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício do emprego. Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato, em todo âmbito do município

ANEXO IX

CONTRATO Nº ____/2026

LICITAÇÃO Nº ____/2026

INEXIGIBILIDADE Nº ____/2026

(M I N U T A)

Contrato que entre si celebram, de um lado,



Regional Intermunicipal de Saúde

Terça, 10 de Fevereiro de 2026

Ano V - Edição n°0989

Página 14 de 20

o CONSÓRCIO REGIONAL

INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CRIS
como CONTRATANTE e, de outro, como
contratada _____,

De um lado, como CONTRATANTE o
CONSÓRCIO REGIONAL

INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CRIS, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº07833463/0001-83, com sede na Rua Itapicurus, 625, Centro, no município e Comarca de Tupã, Estado de São Paulo, neste ato representado pelo seu

Secretário Executivo o Sr.
portador da
Cédula de

Cédula de
Identidade RG nº _____ SSP/___ e
do CPF nº _____ e de
outro, _____ como _____ CONTRATADA

—, pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na Rua _____, neste ato representado por _____

Cédula de Identidade RG nº
_____ SSP/____ e do CPF nº
_____ têm entre si justo e

combinado o seguinte:

1. DO OBJETO.

1.1. O presente Contrato de Serviços visa atender ao Credenciamento nº 01/2026 que tem por objeto o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS PARA SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE FARMACÊUTICO DE FORMA EVENTUAL E COMPLEMENTAR que deverão ser prestados em instalações do(a) CREDENCIADO(A) ou indicados e cedidos pelos Municípios Consorciados ou pelo CRIS, no ano de 2026/2027, nas seguintes especialidades da tabela CRJS 2026:

2. DA VINCULAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO E À PROPOSTA.

2.1. Fica a contratada vinculada expressamente a todos os termos do edital e de sua proposta, inclusive o termo de referência, fazendo parte integrante deste contrato para todos os fins legais.

3. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. Fica expressa aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 a este contrato, bem como legislações e atos normativos que tenham compatibilidade com o objeto.

3.2. Os casos omissos serão aclarados nos próprios autos, por decisão do gestor do contrato.

4. DA FORMA DE FORNECIMENTO.

4.1. O Município Consorciado providenciará o encaminhamento do paciente, através de sistema informatizado para tanto, preenchendo devidamente os dados.

4.2 – O(A) Credenciado(a) deverá anotar a solicitação do atendimento, mediante requisição do serviço de saúde do Município Consorciado, através de impresso específico, bem como ter cadastro ativo no sistema informatizado de agendamento, acompanhando e disponibilizando agenda.

4.3 – O Município Consorciado apresentará folha de ponto, devidamente assinada pelo Credenciado e Secretário de Saúde correspondente e posterior envio ao CRJS.

4.4 – No caso das Consultas, o(a) Credenciado(a) deverá enviar a contrarreferência das consultas realizadas, para acompanhamento e sequência de atendimento pela Unidade requisitante.

4.5 – No caso dos Exames, o(a) Credenciado(a) deverá providenciar os laudos que serão entregues aos pacientes ou retirados pela localidade de origem, para acompanhamento e sequência de atendimento pela Unidade requisitante.

4.6 – No caso de sessões de terapia, a quantidade de atendimento dos retornos deverá ser determinada pelo(a) Credenciado(a), visando o efetivo tratamento do paciente.



4.7 – Fica determinado o prazo máximo de 08 (oito) dias para expedição dos laudos de rotina, exceto nos casos comprovados de urgência cujos resultados deverão ser restritos ao menor tempo possível.

4.8 – Os serviços de responsabilidade do(a) Credenciado(a) deverão ser realizados nas melhores condições de atendimento à população

4.9 – A quantidade de consultas por mês será conforme demanda de acordo com a necessidade, sem que o Contratado(a) tenha direito a qualquer indenização ou compensação financeira, obedecida a legislação vigente.

4.10 – A quantidade de consultas mensais será informada pelo CRIS com antecedência mínima de 15 dias, onde, em igual prazo o prestador irá disponibilizar agenda.

4.11 – Para fins de operacionalização, em havendo mais de um credenciado para a mesma especialidade o fluxo de atendimento será compartilhado de forma proporcional.

4.12 – Para fins de disponibilização de agenda referida nos itens anteriores, o Credenciado(a), com antecedência mínima de 60 dias, deverá indicar suas datas e horários, ressalvado os dois primeiros meses de atendimento em que a agenda deve ser disponibilizada no momento do requerimento de credenciamento.

5. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DOS CRITÉRIOS, DA DATA-BASE E DA PERIODICIDADE E DOS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

5.1. O valor unitário fica expresso no seguinte modo: [...]

5.2. O valor global para este contrato é de [...]

5.3. O Município Consorciado apresentará folha de ponto, devidamente assinada pelo Credenciado e Secretário de Saúde correspondente e posterior envio ao CRIS.

5.4 – Não será pago o exame do mesmo tipo, para o mesmo paciente, realizado nos intervalos de tempo referidos nos itens acima,

exceto em caso excepcional, referendado pelo Município Consorciado.

5.5 – O valor referente aos atendimentos do mês será pago obedecendo ao critério da proporcionalidade, calculado pelo valor unitário, conforme a quantidade realizada.

5.6 – Os pagamentos serão efetuados no prazo de 30 dias, contados da emissão da nota fiscal, ou conforme disponibilidade de repasses financeiros das Prefeituras Consorciadas e/ou transferência de recursos oriundos do Governo Estadual e/ou Federal.

5.7 – Não será efetuada nenhuma antecipação de pagamento do valor ou parte do valor a ser contratado, sem efetiva prestação do serviço.

5.8. Ao pagamento a Nota Fiscal deverá ser emitida mensalmente em nome do Consórcio Regional Intermunicipal de Saúde, CNPJ: 07.833.463/0001-83, e deverá conter o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Contratada, a descrição clara do item do objeto do contrato que está sendo faturado, de acordo com as condições constantes na proposta da empresa e aceitas pelo Contratante.

5.9. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da emissão da Nota Fiscal/Fatura.

5.9.1. O pagamento será realizado através de transferência bancária para a conta corrente de titularidade do(a) credenciado(a) nos Bancos do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

5.10. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, ainda que tácito.

5.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação,



Regional Intermunicipal de Saúde

Terça, 10 de Fevereiro de 2026

Ano V - Edição nº0989

Página 16 de 20

não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.12. Em caso de inadimplemento por parte da contratante será devido correção monetária pelo índice IPCA, contados da data de início de inadimplemento até o dia do efetivo pagamento.

5.13. É vedada a cobrança de sobretaxas pelos credenciados, sendo motivo de descredenciamento.

6. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

6.1. Durante o período anual de credenciamento não haverá reajuste.

6.1.1. Decorrido um ano do credenciamento índice de reajuste a ser aplicado será o IPCA

7. DA VIGÊNCIA DOS PRAZOS DE INÍCIO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO.

7.1 O presente contrato tem o prazo de execução até 05/03/2027.

7.2 O início da vigência se dará em _____.

7.3 O início da execução contratual se dará em _____.

7.4 As demais disposições relacionadas às etapas e recebimento do objeto consta de termo de referência anexo.

8. DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO.

8.1. As despesas oriundas desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, proporcionalmente a este exercício e aos subsequentes:

Órgão- CONSÓRCIO DE SAÚDE

Unidade.: 01 - Administração

3.3.9.0.36.00000 – OUTROS SERV. DE TERCEIROS-PE FÍSICA

3.3.9.0.39.00000 – OUTROS SERV. DE TERCEIROS-PE JURÍDICA

9. DOS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

9.1 São direitos e obrigações das partes.

9.1.1. Das obrigações da contratante:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de

sua proposta

b) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

c) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

d) Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

e) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.

f) Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, exceto naquilo que dependa da boa execução deste contrato em relação aos empregados da contratada indicados para execução material.

g) Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

h) Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

i) Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;

j) Permitir ao pessoal do contratado acesso as dependências do CRIS, de modo a viabilizar a prestação dos serviços durante o horário de expediente do Órgão;

k) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as



Regional Intermunicipal de Saúde

Terça, 10 de Fevereiro de 2026

Ano V - Edição nº0989

Página 17 de 20

obrigações assumidas pela Contratada;

l) Comunicar a Contratada, por escrito, sobre eventuais irregularidades na execução dos serviços, fixando prazo para correções;

m) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos com as especificações constantes deste TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento;

n) Aplicar, motivada e justificadamente, à Contratada as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, observando o contraditório e a ampla defesa.

9.1.2 Das obrigações da contratada:

a) Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

b) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

c) Executar a carga horária predeterminada pela Administração;

d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

e) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as

normas e determinações em vigor;

f) Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante;

g) A contratada permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência do contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

h) Atender às solicitações do Contratante, quanto às adequações, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

i) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

j) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer irregularidade que se verifique na prestação dos serviços;

k) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

l) Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

m) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;



Regional Intermunicipal de Saúde

Terça, 10 de Fevereiro de 2026

Ano V - Edição n°0989

Página 18 de 20

- n) Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

o) Submeter previamente, por escrito, o Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência;

p) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

q) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

r) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

s) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

t) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

u) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

v) Responder, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes ao Contrato que venham a ser solicitados pelo Contratante;

w) Manter cadastros de certificação digital e assinatura digital junto à receita federal e demais órgãos, para o efetivo exercício das funções.

9.2. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

9.3. A Credenciada se responsabiliza em manter em seu quadro funcional profissional da área da saúde detentor de boa reputação profissional, bem como conservar durante a vigência deste Termo os requisitos atendidos no termo de referência anexo.

9.4. É obrigatória a credenciada manter conta corrente de sua titularidade nos Bancos do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

10. DAS CLÁUSULAS PENAIS.

10.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem



Diário Oficial do Consórcio

Regional Intermunicipal de Saúde

Terça, 10 de Fevereiro de 2026

Ano V - Edição nº0989

Página 20 de 20

devidos;

c) Indenizações e multas.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

12.1. O prazo para resposta aos pedidos e requerimentos realizados pela CONTRADA são de 30 dias, contados do seu protocolo.

12.2. O prazo para resposta aos pedidos e requerimentos realizados pela CONTRADA serão fixados pela autoridade no seu ato.

12.3. É obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

12.4. É obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

12.5. Fica fazendo parte integrante deste contrato seus respectivos anexos, inclusive o termo de referência, para todos os fins legais.

12.6. É obrigação da CONTRADADA e de seus representantes manter cadastro ativo nos sistemas eletrônicos da contratante que sejam necessários à boa execução contratual.

12.8. Fica eleito o Foro da Comarca de Tupã, Estado de São Paulo, para dirimir as dúvidas que porventura venham surgir no cumprimento do Contrato em questão.

E, estando assim, devidamente acertados e ajustados, firmam o presente instrumento na forma eletrônica.

Tupã, data em sistema.

ASSINATURAS ELETRÔNICAS À MARGEM